

DESAFIOS FRENTE À CONCILIAÇÃO DE PAPÉIS DAS MULHERES: AS ESCOLHAS PROFISSIONAIS E OS IMPACTOS DA MATERNIDADE

CHALLENGES IN FRONT OF WOMEN'S ROLES RECONCILIATION: PROFESSIONAL CHOICES AND THE IMPACTS OF MATERNITY

Gabriella da Silva Mendes¹

RESUMO: O presente estudo procurou realizar uma reflexão, sob o ponto de vista da filosofia existencial, do processo de escolhas adjudicadas às mulheres em ser mãe e profissional, bem como a influência de tais escolhas na identidade da figura da mulher, além de apresentar os desafios frente à conciliação de papéis das mulheres. Visando situar uma conclusão acerca da temática aqui abordada, observou-se que diversos autores não asseveraram ou responderam o que é ser mulher, pois, essa é e sempre será uma construção social materializada nas relações colocadas com o outro no tempo, espaço e conjuntura social do dia a dia.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade; Mercado de Trabalho; Mulheres.

ABSTRACT: This study sought to reflect, from the point of view of existential philosophy, of the process of choices awarded to women in being a mother and professional, as well as the influence of such choices on the identity of the woman's figure, in addition to presenting the challenges facing reconciling women's roles. In order to place a conclusion about the theme addressed here, it was observed that several authors did not assert or answer what it is to be a woman, as this is and will always be a social construction materialized in the relationships placed with the other in time, space and social context everyday.

KEYWORDS: MATERNITY; Labor Market; Women.

¹ Pesquisadora Colaboradora do Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde do Centro de Ciências e Saúde (CCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui Graduação pelo Instituto de História (IH-Bacharelado e Licenciatura - 2013-2017) da UFRJ. Possui Mestrado em Educação em Ciências e Saúde pelo Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde, pelo Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências e Saúde (PPGECS) no Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFRJ - (2018-2020). Doutoranda em Educação em Ciências e Saúde pelo Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde, pelo PPGECS no CCS da UFRJ - (2020-2024).

1. INTRODUÇÃO

Este estudo buscou realizar uma reflexão teórica acerca das hipóteses da fenomenologia existencial referente as escolhas existenciais vivenciadas por mulheres na qualidade de ser mulher e se admitir estar como mãe e profissional, pois acredita-se que seja importante reconhecer a conjectura dessas escolhas no universo feminino na contemporaneidade, sobretudo no Brasil.

Observa-se que a história da mulher, notadamente no Brasil, vem sendo escrita baseada em dois quesitos, a saber: a queda da taxa de fecundidade e o crescimento no grau de instrução da população feminina. Tais fatores seguem uma progressiva inclusão da mulher no mercado de trabalho, bem como a ampliação de sua renda. No ano de 1990, teve-se que a parcela feminina alcançava 34,4%. No ano de 2006, as mulheres ocupavam cerca de 42% dos postos de trabalho (UENO, 2010).

A escolha por ter filhos pode significar o abrandamento das aspirações individuais como, por exemplo, difícil planos de carreira mais audazes ou deixar de adquirir determinados bens materiais almejados para o futuro, a partir da escolha da maternidade. Outra preocupação frequente entre casais, alude-se ao fato de que ter filhos constitui ter outro ser humano completamente dependente afetiva e economicamente deles. Além do mais, essa dependência do filho afetaria de forma negativa a autonomia e a independência de ambas as partes, ocasionando certa insegurança em relação a seguridade econômica e relacional do casal (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).

Para solidificar sua condição dentro do mercado de trabalho, a mulher vem deixando, frequentemente, projetos individuais como a maternidade. A diminuição na quantidade de filhos pode ser vista como um dos fatores que vem colaborando para facilitar a compleição da mão de obra feminina. A diminuição da fecundidade aconteceu com mais intensidade nas décadas de 1970 e 1980. Na década de 1990, iniciou-se uma percentagem baixa de fecundidade: 2,6%, que tombou para 2,3% ao final da mesma década (UENO, 2010).

A inclusão da mulher no mercado de trabalho trata-se de um fenômeno atual no Brasil. Todavia, agora, nota-se o aumento da inclusão desta no mercado de trabalho, sendo que os dois cônjuges trabalham e a renda originária do trabalho feminino trata-se de um fator essencial para a sustentabilidade econômica familiar. Além da sustentabilidade, tem-se igualmente maior poder de consumo dos casais, já que estão inclusos dentro de uma sociedade

que tem valores culturais regulados na individualidade da crença de que o consumo de bens se trata de uma maneira para viver mais feliz (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).

Sabe-se que as reações acerca da gravidez de uma profissional nem sempre foram vistas com positividade no mundo organizacional. Por muitos anos, em diversas instituições, haviam restrições para a aceitação de mulheres de modo comum, e a faixa etária mais afetada era entre vinte e trinta anos. A gravidez concebia elevados custos na folha de pagamento das organizações. Atualmente, nota-se uma alteração na postura das empresas, e isto, em razão do progresso e o amadurecimento da mulher no campo profissional, bem como ao próprio crescimento da competitividade nas colocações de trabalho (UENO, 2010).

Deste modo, observa-se que uma das grandes pressões que as profissionais de hoje encaram não é somente provar a capacidade profissional, entretanto, maiormente, harmonizar as demandas da carreira com a vida particular. Assim sendo, uma parcela expressiva de profissionais do sexo feminino se vê forçada a postergar a maternidade em razão da carreira profissional (ALMEIDA; SANTOS, 2018).

Portanto, acredita-se que pensar acerca da maneira de ser e de enxergar da mulher diante da condição de ser mãe e profissional, restitui a necessidade de averiguação das dessemelhantes formas admissíveis do ser da mulher que, por ocasiões, advém se perder no mundo, esquecer-se de si própria, vindo a ser mais uma, e que o seu ambicionar, o seu pensar e o seu fazer, se encontra naquilo que o mundo define que precisa ser.

Portanto, o presente estudo procurou realizar uma reflexão sob o ponto de vista da filosofia existencial, do processo de escolhas adjudicadas às mulheres em ser mãe e profissional, bem como a influência de tais escolhas na identidade da figura da mulher, além de apresentar os desafios frente à conciliação de papéis das mulheres.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica. Esta revisão bibliográfica se deu por meio de artigos científicos e publicações. Todo o material foi obtido no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Como critérios de seleção, optou-se por selecionar obras publicadas entre os anos de 2007 e 2020. A pesquisa é do tipo exploratória-descritiva, caracterizando-se como qualitativa.

A abordagem usada nesta pesquisa foi a qualitativa, em que existiu a coleta de

informações para posteriormente serem expostas e analisadas, além da observação de documentos, com a preocupação de colher e atentar para uma maior quantidade de elementos, objetivando assim um entendimento maior e mais profundo do problema trabalhado. De acordo com Bogdan e Biklen *apud* Lima (2001, p. 13):

A pesquisa qualitativa ou naturalística abrange a aquisição de dados descritivos, adquiridos no contato direto do pesquisador com a circunstância estudada, onde ressalta-se mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar o ponto de vista dos participantes.

Uma pesquisa ou investigação, trata-se de um processo sistemático voltado para a construção do conhecimento humano, causando novos conhecimentos, podendo também desenvolver, colaborar, reproduzir, refutar, ampliar, detalhar, atualizar, algum conhecimento pré-existente, convindo fundamentalmente, tanto para o indivíduo ou grupo de indivíduos que a realiza, quanto para a sociedade na qual essa se desenvolve (LIMA; MIOTO, 2007).

3. RESULTADOS

Para se alcançar o objetivo proposto no presente estudo, obteve-se um total de vinte e cinco artigos. Em seguida, foi realizada a filtragem obtendo-se doze artigos, descartando-se treze, onde então sete foram selecionados, por meio dos seguintes descritores contidos no resumo: Maternidade; Mercado de Trabalho; Mulheres. Para tanto, os artigos selecionados tiveram o cruzamento dos descritores conforme mostra o Quadro 1 logo abaixo.

Quadro 01 - Cruzamento dos descritores

DESCRITORES	TOTAL	FILTRO	SELEÇÃO
Maternidade; Mercado de Trabalho; Mulheres	10	05	03
Maternidade; Mercado de Trabalho	10	04	02
Mercado de Trabalho; Mulheres	03	02	01
Maternidade; Mulheres	02	01	01
TOTAL	25	12	07

Fonte: Próprio Autor (2020)

4. DISCUSSÃO

Nota-se que a emancipação da mulher constituiu uma adição de responsabilidades, conjugando a figura mãe e a figura profissional. Entretanto, não se pode imaginar uma vida particular e profissional em uma dicotomia. Para uma pessoa arquitetar sua carreira profissional, as metas da vida individual e profissional precisam ser refletidas e planejadas em concordância (BELTRAME; DONELLI, 2012).

Dito isto, o perfil laboral da mulher, no transcorrer das décadas, é formado por progressos e constâncias. A mulher adveio a se implantar de maneira mais expressiva no mercado de trabalho inicialmente da década de 1970. Naquele tempo, as mulheres trabalhadoras eram, quase que somente, jovens, solteiras e sem filhos. A inclusão da mulher casada e com filhos no ambiente corporativo fora do lar aconteceu de maneira mais acanhada do que para as mulheres sem filhos. As mulheres mães deixaram o espaço doméstico para procurar trabalho fora do lar de forma gradativa. Presentemente, esta circunstância se alterou, sendo admissível analisar uma quantidade de mulheres mais velhas, casadas e mães desenvolvendo atividades remuneradas fora de casa (FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014).

Neste contexto, estudos no campo da Economia analisam a decorrência da maternidade na constância da mulher dentro do mercado de trabalho. Todavia, tais estudos não procuram descobrir causalidades, porém, uma associação entre estes dois fenômenos, suprimindo o que este grupo de estudos denomina de causas endógenas (BELTRAME; DONELLI, 2012).

Dessemelhantes fatores se encontram conexos à transição dos afazeres domésticos para o trabalho remunerado extra lar das mulheres de frações médias da sociedade. Na década de 1970, a realidade econômica do Brasil advinha por um momento de inflação, quando dificuldades econômicas provocaram um gradativo empobrecimento das famílias. O decaimento na qualidade dos serviços públicos, notadamente em termos educativos e de saúde, igualmente induziu as famílias a concretizarem maiores gastos com despesas basilares (FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014).

A partir da observação de uma pesquisa, com a finalidade de medir o choque da maternidade no empenho da mulher dentro do mercado de trabalho, Pazello e Fernandes *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 15) colacionaram dois grupos; um de mulheres com filhos e mulheres que não possuíam filhos. “O grupo de mulheres sem filhos precisaria possuir pelo

menos um filho que nasceu morto. Os estudiosos ambicionavam colacionar mulheres com preferências idênticas, portanto, que almejavam ser mães”. As informações para análise foram extraídas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do ano de 1992 ao ano de 1999. Os resultados comprovaram um cheque negativo da maternidade sobre a participação no mercado de trabalho, tombando em 10,28 pontos percentuais. Eles igualmente recomendaram que existe uma convergência à redução de tal impacto no transcorrer do tempo, portanto, na amostra de mulheres acima de quarenta anos, o impacto se mostra pouco menor.

Hoje em dia, as casas comandadas por mulheres subiram de 24%, no ano de 2001, para 35%, no ano de 2009, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Embora todas estas alterações, a mulher ainda é a grande responsável pelas atividades do lar e pelos cuidados com os filhos, enquanto o homem continua sendo tido como um auxiliar, aceito que não toma as responsabilidades e afazeres no domicílio como a mulher o faz. Este cenário desponta a divisão sexual de atividades funcionais dentro da sociedade. As expressões "trabalho de mulher" e "trabalho de homem" se encontram conexas às conjecturadas condições biológicas de cada sexo, como a competência de gestar feminina e a de acumular músculos com maior facilidade exibida pelo homem (FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014).

Deste modo, o que se pode analisar no trabalho de Trindade e Enumo *apud* Barbosa e Rocha-Coutinho (2007, p. 35), trata-se da “conservação de uma representação social da infertilidade que sugere depreciação e estigmatização da mulher”, e que se encontra intrinsecamente conexas às representações habituais da maternidade, ora enxergada como destino biológico, ora enxergada como valor social inerente a consolidação da identidade feminina.

A diferença entre trabalho de homem e trabalho de mulher constitui um valor, sendo menosprezado aquilo que é conexo ao feminino. De tal modo, enquanto o homem é enxergado como importante, confiante e assertivo no espaço laboral, estas mesmas particularidades são enxergadas como autoritarismo, agressividade e frieza nas mulheres. Os fazeres domésticos, tidos como "trabalho de mulher", são representados como inferiores, o que contribui para que os homens deixem os próprios para quem sempre os fez – as mulheres (FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014)

Em se tratando das mulheres que escolheram por não ter filhos, Abranches *apud* Barbosa e Rocha-Coutinho (2007, p. 36) analisa que a decisão de ser ou não mãe “não se constitui sem conflito, estando tal decisão conexas tanto à disponibilidade interna para a maternidade quanto ao nível de beneficiamento ocasionado pelas condições externas”. Esta autora levanta, todavia, questões essenciais para as quais precisa-se atentar para não realizar afirmativas e generalizações simplistas e precipitadas.

Heilman e Okimoto *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 20) igualmente estudaram as decorrências da maternidade no mercado de trabalho. Estes usaram o aspecto de gênero para colacionar 100 estudantes de Nível Superior, homens e mulheres, com filhos e sem filhos, que já se encontravam inseridos no mercado de trabalho. Os resultados despontaram que “tanto a paternidade quanto a maternidade possuem cheque negativo, entretanto, ser mãe possui um choque negativo maior, o *status* materno pode anteparar o avanço na carreira”. Estes pesquisadores avaliaram que os estereótipos de gênero estimam os predicados masculinos conexos ao êxito na vida laboral.

Desde a inclusão da mulher no mercado de trabalho formal, diversas modificações e desafios foram atribuídos à realidade da mulher. A relação de trabalho remunerado, fora do lar, assinalou-se como mais uma função na vida da mulher, que historicamente já carregava consigo as funções legitimadas de mãe e de cuidadora do lar, resultado de uma sociedade patriarcal (GARCIA; VIECILI, 2018).

Em se tratando de investimento na carreira profissional, maternidade e paternidade apresentam resultados contrários, como recomendou a pesquisa de Hewlett *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 21). Em um recorte da pesquisa internacional acerca da carreira profissional e vida privada de mulheres e homens amplamente habilitados, um dos resultados do estudo despontou que, “quanto mais sucesso ter o homem, mais possivelmente ele irá achar uma mulher para casar e será pai”. Por outro lado, “49% das mulheres, sobretudo as que a citada autora batiza como ultra empreendedoras, portanto, com remuneração acima de US\$ 100.000 ano, não possuem filhos, e 75% dos homens possuem”. Este resultado adverte que, para além dos desafios da carreira, as mulheres possuem um desafio maior com a maternidade.

Informações pesquisadas por Andrade *apud* Garcia e Viecili (2018, p. 06), juntamente aos Censos Demográficos do IBGE, assinalam que, “no ano de 1950, tão-somente 13,6% das mulheres se mostravam economicamente ativas”. Inicialmente deste fato apresentado, tem-se

que “a participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) vem aumentando de maneira expressiva e de maneira constante, pulando de 13,6%, no ano de 1950, para 49,9%, no ano de 2010”.

Na ocasião onde as mulheres desempenham cada vez mais uma atividade laboral e se admitem ter ou não filhos, as atividades maternas são refletidas menos como um fardo e mais como uma evolução de si próprias; menos como uma “escravidão”, mas sim como fonte de sentido; menos como uma “injustiça” que alcança as mulheres, porém, como uma efetivação identitária, não comendo mais como impedimento à autonomia singular (BARROS, ROCHA, 2010).

Assim, seguindo esse movimento de inclusão feminina no mercado de trabalho do Brasil no transcorrer dos anos, determinadas legislações foram elaboradas propendendo dar maior amparo e resguardo às mulheres na concretização de suas atividades. Em 1943, o então Presidente Getúlio Vargas (1882-1954) criou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que veio a unificar toda a legislação concernente ao trabalho no Brasil. Com o advir do tempo, a CLT foi sendo atualizada conforme as demandas dos trabalhadores de modo comum, procedendo no conjunto de leis em vigor no começo do século XXI, que dispõem, dentre outros, de direitos característicos à proteção da mulher, como por exemplo, o direito à licença maternidade de 120 dias, sem detrimento no salário da trabalhadora, antevisto no Art. 392 da presente lei (GARCIA; VIECILI, 2018).

Com o exposto, pode-se dizer que a alocação que estima a mulher independente e seu trabalho na seara pública e, do mesmo modo, valoriza a função de mãe e cuidadora do lar, é comprovado no trabalho de Amazonas; Vieira e Pinto *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 22). Estes autores entrevistaram seis mulheres com a finalidade de saber o que é ser mulher nos dias de hoje. Estes autores constataram que, “embora as mulheres se sentirem excessivamente carregadas e acreditarem na divisão das tarefas caseiras e do cuidado dos filhos, elas se sentem culpadas quando isto acontece, crendo que apenas as mães possuem a competência de cuidar deles”.

Ao se afrontar a legislação vigente com a realidade do século XXI, um questionamento pode ser provocado: a legislação vivente é satisfatória para atender as demandas sociais e emocionais existentes em circunstância de gestação e meses seguintes ao parto, assegurando os direitos constitucionais tanto das crianças como de suas mães? Deste

modo, debater a relação entre o trabalho feminino e a maternidade se mostra fundamental para instrumentalizar os variados atores sociais – trabalhadores, empresas e sindicatos – a procurar a plena execução da legislação que existe e gerar avanços e adaptações às novas realidades, para que as trabalhadoras então consigam proteção ao acesso e a constância no mercado de trabalho (GARCIA; VIECILI, 2018).

Estudos recentes recomendam a concepção de políticas que possam assegurar o equilíbrio nos dessemelhantes campos da vida feminina. Hewlett *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 23) recomendam “políticas que auxiliem na obtenção da conciliação entre maternidade e vida laboral a longo prazo”. Estes estudos ainda ressaltam tal necessidade, destacando o fato de que a reorganização familiar pela inclusão da mulher no mercado de trabalho pode atenuar as imissões no capital humano.

O crescimento da inclusão da mulher no mercado de trabalho trata-se de um dos fatores responsáveis por causar as mais expressivas modificações na organização da sociedade. Com isto, as mulheres obtiveram um novo *status* sobre a sua função social e, por conta disso, vieram a assumir novos papéis. As mudanças culturais que puseram a mulher no mercado de trabalho majoraram as suas atividades, tanto do lar quanto de trabalho formal, e de tal modo, a mulher recebeu uma nova posição com contorno de responsabilidades singulares, familiares e sociais, que lhe atribuíram alterações de conduta. Profissionalização, maternidade e cuidados domésticos passaram a ser algumas das imputações femininas frequentes na contemporaneidade, e que juntas, demandam muito dos predicados físicos e psíquicos das mulheres (GARCIA; VIECILI, 2018).

Em se tratando do Brasil, a busca para conciliar maternidade e vida laboral, e pospuser a separação entre a mãe e seu filho, adveio a ser debatida na seara política. Hoje em dia, tem-se um direito que assegura legalmente este período entre mãe e filho nos quatro meses de vida iniciais do recém-nascido, que é chamado de licença-maternidade. Assim, precisando ir mais além, no ano de 2008, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ratificou a ampliação da licença-maternidade de 120 para 180 dias; todavia, esta expansão não é forçosa. Conforme a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), existem estudos internacionais que recomendam que a conservação do ele entre a mãe e o recém-nascido posteriormente seu nascimento é avigorado pela convivência entre os dois, causando assim uma sensação de maior comodidade ao recém-nascido e uma maior possibilidade de ótima saúde mental ao próprio (BELTRAME;

DONELLI, 2012).

Mesmo em meio a transformações, a sociedade permanece aguardando que a mulher mantenha a família, o lar, e os filhos no cerne de sua vida. Há maior liberdade, aceitação social, e até incitação para a mulher assumir novas funções, dentre as quais, o do trabalho formal, entretanto, ainda se cobra que ela exerça as funções enraizadas no imaginário social de mantenedora da casa, esposa e mãe. Os meios de comunicação massificados permanecem vinculando a figura da mulher perfeita, como sendo as grandes e excepcionais responsáveis pelo cuidado do lar e da família. As mulheres vêm sendo instruídas e encorajadas a procurar por uma inclusão profissional igualada à masculina, valorizando sua potencialidade e independência, mas, elas ainda necessitam encarar o dilema de gerir as necessidades da carreira, da casa e da família, proeminentes no momento da maternidade. Nesta conjuntura, mesmo com as mudanças na conjuntura social, ainda cabe à mulher os cuidados com os filhos e o lar (GARCIA; VIECILI, 2018).

Assim sendo, esta separação do recém-nascido trata-se de um período fundamental na vida da mulher e do próprio bebê. Assim, quando chega ao término a licença-maternidade e, incluso a isto, o momento do reingresso ao mercado de trabalho e na vida social, as mulheres não conseguem reinvestir da mesma forma estes dois espaços; seja pelo receio de faltarem demasiadamente ao seu bebê, seja por não saberem dosar a presença/ausência com seu filho, bem como a mãe ideal precisa saber fazer, ou por não poderem fazer viagens de trabalho imprevistas, horas extras ou levar trabalhos para casa (BELTRAME; DONELLI, 2012).

Igualmente, na conjuntura dos dilemas encarados pelas mulheres que advêm a exercer as funções materna e profissional, estudos recentes assinalam para o fato de que tanto homens como mulheres ainda carregam a ideia de que a providência econômica da família é de responsabilidade do homem, e os filhos e afazeres do lar são de responsabilidade da mulher. Isso acaba por impactar em que, não obstante concretizem a mesma carga-horária de trabalho formal fora da esfera doméstica; as mulheres ainda dedicam maior tempo para as atividades do lar do que seus companheiros (GARCIA; VIECILI, 2018).

Lopes *et al.* *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 24), fundamentados no conceito do renomado pediatra Donald Woods Winnicott (1896-1971), de ocasião de apreensão materna primária, estudaram os sentimentos das mães que deram a luz pela primeira vez perante a circunstância de separação de seus filhos e igualmente os sentimentos referentes aos

cuidadores alternativos. Examinaram por meio da análise de conteúdo, das questões da entrevista acerca da experiência da maternidade no terceiro mês do recém-nascido, “que 66% das 47 mães entrevistadas descreveram sentimentos negativos na ocasião da separação de seus filhos, tais como preocupação, apreensão, temor, tristeza e inquietação”.

A visível disparidade no compartilhamento das atividades do lar, no cuidado para com os filhos, na elevação profissional e socioeconômica, bem como na remuneração financeira, pode colaborar para que haja um sentimento de descontentamento nessas mulheres. Além do mais, reduz a probabilidade de a mulher majorar a quantidade de horas dedicadas à procura por formação acadêmica ou especialização técnica. Cada vez que uma mulher gasta uma hora cuidando dos filhos, preparando refeição ou lavando roupas, ela se afasta ainda mais do potencial de absorver funções não domésticas, tanto profissional como politicamente (GARCIA; VIECILI, 2018).

A angústia desponta-se posteriormente a maternidade, sem a volta imediata e constante à posição de trabalho antecedente. Para a mulher, este período de maternidade e trabalho são vividos de forma imaginária como antagonistas na concretização, pela qual o investimento progressivo em um aludiria basicamente o não investir proporcional no outro (BELTRAME; DONELLI, 2012).

Certamente, competiu à mulher, por um longo período, a função social de ser mãe. Tal função foi arquitetada sendo que, na atualidade, tem-se um questionamento maior, em boa parte, pela probabilidade de a mulher de classe social média e alta poder vir a escolher por demais identidades que igualmente lhe ofereçam prestígio social (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).

Na procura de averiguar como a anteposição pelo trabalho poderia afetar o desenvolvimento da apreensão da separação, uma pesquisa nos Estados Unidos buscou analisar uma amostra de mães mais velhas e elevado grau de instrução. Por meio de uma pesquisa longitudinal com 72 mães primíparas, colacionando um grupo de mães que preferiu por trabalhar com um grupo que escolheu por permanecer em casa em meio ao ano inicial da criança, os resultados despontaram que as primeiras estavam menos preocupadas com a circunstância de ter que deixar seu filho em razão do trabalho do que as mães que ambicionavam permanecer no lar. Recomendaram igualmente que a primazia pelo trabalho e a ocasião de trabalho são variáveis essenciais no desenvolvimento de seus sentimentos e ações

acerca da separação em meio ao primeiro ano da maternidade (BELTRAME; DONELLI, 2012).

Os padrões antes hegemônicos de divisão das funções de gênero constituídos socialmente – tendo a mulher a função de ser mãe e cuidadora do lar e ao homem o provedor – acabam por reproduzir relações dissimétricas de poder entre homens e mulheres. Todavia, quando a mulher se dispõe defendendo seus interesses, aparecem novos conflitos conexos ao padrão patriarcal que ainda se faz presente dentro da sociedade (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).

Referente à conjuntura do emprego, Hock e DeMeis *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 24), ao analisarem os fatores psicológicos que regulam a relação entre trabalho, maternidade e saúde mental doze meses após do nascimento do filho, verificaram que “a alternativa por permanecer no lar, não basicamente, trata-se da mais saudável”. Sobre isto, o estudo põe que as mães que escolhiam trabalhar, porém, permaneceram no lar, “exibiram índices mais elevados de sintomas depressivos colacionadas às que não o faziam”.

Todavia, inicialmente do momento que a mulher foi inclusa nessa conjuntura de demais probabilidades identitárias que não exclusivamente ser mãe, demandou-se dela ser extraordinária profissional, além de ser mãe exemplar, sem a probabilidade de fracassar em nenhuma das circunstâncias, já que ela assumiu uma função nova: a de ajudar no sustento da família ou de ser a singular provedora. Ao colocar-se no mercado de trabalho, a mulher assume um grau mais equitativo em relação ao homem, ainda que o compartilhamento dos afazeres, especialmente reminescente ao cuidado dos filhos e as caseiras tenham começado, ainda a mulher semelha ser a principal responsável (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).

Na França, Robin *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 25), procurando averiguar a ansiedade da separação materna, analisou, em um primeiro estudo, “dois grupos de mães trabalhadoras, um que trabalhava em tempo integral, e outro que escolheu por trabalhar em tempo parcial”. A finalidade era analisar os motivos da opção e a eficiência das estratégias de conciliação da maternidade com a do tempo de trabalho. O resultado despontou uma relação expressiva entre o grau de ansiedade de separação materna e as aspirações relativas à duração do tempo de trabalho para toda a amostra, “sendo que as mulheres que almejavam conservar o mesmo tempo de trabalho apresentavam baixos níveis de ansiedade de separação do que

aquelas que ambicionavam diminuir este tempo ou deixar de trabalhar”. Este estudo corroborou com pesquisas recentes que vem confirmando a importância da adaptação, em grau psicológico, entre as ambições da mulher e sua circunstância atual referente ao trabalho.

Observa-se que a alteração no estilo de vida e o desenvolvimento profissional das mulheres são mais expressivos com o passar do tempo. A sociedade se encontra em progressivo desenvolvimento, e, diante disto, a mulher vem tomando espaço em todas os campos, tornando-se liberal, construindo sua autonomia e realizando suas escolhas, tais como ser solteira ou casada, ter filhos ou não, e qual profissão seguir. Portanto, a mulher de hoje procura atender às suas necessidades singulares, arquitetando o próprio destino (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).

Certamente, sabe-se que a chegada de um filho intervém, positiva ou negativamente, na vida da mulher, e com isto, as atividades profissionais alongam a ficar em um segundo plano. Isto foi examinado no estudo de Rocha-Coutinho e Rocha-Coutinho *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 25), ao entrevistarem mulheres executivas e diretoras. As participantes descreveram estratégias usadas, “que procuraram conservar com o nascimento do filho, tais como horário de trabalho fixo, impedir horas extras e diminuir as viagens”. Como estratégia de investimento em suas carreiras, acreditavam que “advieram a concentrar-se mais em suas atividades, tendo um estímulo maior para trabalhar e impedir a demissão”.

A procura pela autonomia feminina sugere investimento na seara pública e, por conseguinte, um desinvestimento no campo privado que ordena da mulher a execução de funções sociais constituídas pela cultura conexas ao cuidado do lar e dos filhos. O que fica evidente nessa nova configuração, trata-se da acumulação de um terceiro turno no dia a dia dessas mulheres que, na busca de equilibrar as demandas do campo doméstico e profissional, acumulam funções. Nisto, torna-se manifesto que a entrada da mulher no mercado de trabalho carrega consigo outro tema a ser lidado pelos casais que se alude ao ganho financeiro feminino, assunto este envolto por individualidade familiar e cultural/social, por significações constituídas na história de vida de cada cônjuge e nem sempre de simples negociação. Em razão dessas demandas emergentes inclusas na atualidade, da complexidade que a vida moderna atribui aos casais, são responsáveis por novos formatos conjugais e relacionais (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).

Procurando maneiras e soluções aproveitadas pelas mulheres que são mães e

trabalhadoras, Rocha-Coutinho *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 25) entrevistaram mulheres da classe média do Rio de Janeiro para entender de que forma elas desempenham suas tarefas como mãe e como buscam conciliar a maternidade com a vida profissional. Para tanto, a autora entrevistou quinze mulheres com carreiras de sucesso, bom retorno financeiro, elevado nível de satisfação no trabalho e investimento em suas carreiras, mães de crianças de seis meses a três anos de idade. No discurso das participantes, para boa parte, “o trabalho semelha ser um elemento de suma importância na vida”.

Contemporizar a maternidade trata-se de uma decorrência das alterações do contexto social, econômico e cultural, bem como das novas funções que a mulher passou a assumir. Tais modificações podem produzir uma bivalência entre gestar ou não gestar, gestar e quando gestar. Portanto, ter um filho de forma tardia trata-se de uma probabilidade cada vez mais possível e que pode acarretar benefícios para ambos. Todavia, compete advertir que a escolha de ter filhos é tomada perante inúmeras representações experienciadas pelas mulheres nas suas experiências relacionais. Contudo, por diversas vezes, a decisão pela maternidade se mostra pautada pela pressão social que ainda baliza funções de gênero como o fato de a mulher ter que ser, basicamente, mãe. Se a mulher não almeja ter filhos acontece a quebra de um padrão feminino habitual, nem sempre de simples resolução pelas mulheres (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).

Sendo assim, a conciliação da vida profissional com a maternidade é entendida como algo admissível e igualmente como desejável, e as soluções buscadas são particulares. Em grande parte, as mulheres conseguem separar visivelmente o lar, a família e a profissão, diminuindo deslocamentos, as horas-extras, e impedindo trazer trabalho para o lar (BELTRAME; DONELLI, 2012).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando situar uma conclusão acerca da temática aqui abordada, observou-se que diversos autores não asseveraram ou responderam o que é ser mulher, pois, essa é e sempre será uma construção social materializada nas relações colocadas com o outro no tempo, espaço e conjuntura social do dia a dia. Contudo, notou-se uma aparente anuência entre os autores ao ponderarem que os procedimentos de escolhas vivenciadas e experienciadas pelas mulheres pela maternidade e carreira profissional se constituem inicialmente das relações

sociais com o outro, seja o filho, o marido, e/ou o trabalho. Este outro – filho, marido e/ou trabalho – é parte do mundo da mulher na contemporaneidade, colaborando para a construção e reconstrução da identidade, ao grau onde as relações são intercedidas pela relação social em que existe uma aprendizagem na maneira de ser mulher diante das funções de mãe e profissional.

No momento em que se percebe responsável por seus procedimentos de vida, a mulher é implicada absolutamente em ajuizar acerca de suas escolhas, bem como as decorrências sucedidas delas, reconhecendo-se enquanto excepcional na maneira de ser, pensar e atuar. Sendo assim, como uma imagem no espelho, esta nota o outro não mais em um estilo de ter de submeter-se ao outro como um parceiro nas relações sociais. Portanto, como desafio, a mulher, que agora é protagonista de sua história, procura compreender que ser mãe e profissional é parte de todo um procedimento de vida.

Isto acaba por abrir sua vivência para se implantar e estar no mundo como um ser de probabilidades, reconhecendo-se nessa construção, já que, como é de conhecimento, o ser se constitui na relação com, portanto, é e sempre será um ser-com. Portanto, a mulher, ao despontar-se ao mundo, afastando-se do lar como condição excepcional para sua existência, encara o desafio de se colocar na relação com os demais e consigo mesma, pondo-se na qualidade de ser um ser-no-mundo, podendo mover-se entre o meio privado para o meio público, ou até mesmo admitir-se vivenciar qualquer outra probabilidade.

Adveio a ser, assim sendo, uma temática proeminente para o desenvolvimento do estudo e debate no campo acadêmico, aceito que inúmeros foram os pensadores, filósofos e historiadores que estudaram acerca da mulher, entretanto, nota-se um amplo campo de pesquisa se for considerar que a mulher é parte importante nas relações colocadas no transcorrer da vida, já que trata-se do elo inicial de comunicação e de conservação da vida, e, por conseguinte, na afirmação das relações com o mundo. Sendo imprescindível, deste modo, que a mulher seja vista e compreendida como o ser que é, podendo ser adequada de criar e até mesmo ampliar o entendimento de sua própria existência a partir de sua condição de ser, um ser apropriado de se apreender na relação com o outro e com o mundo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Viviane Cordeiro de; SANTOS, Carolina Maria Mota. Trabalho, carreira e maternidade: perspectivas e dilemas de mulheres profissionais contemporâneas. *Administração: ensino e pesquisa*; Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 583–605, set-dez, 2018.
- BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 1, p. 163-185, 2007.
- BARROS, Juliana Nunes de; ROCHA, Margarete Maria da Silva. Mulher, mãe e profissional: uma breve discussão sobre o reflexo dessas escolhas no modo de ser mulher. Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. 2010.
- BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. *Aletheia*, Canoas, n.38-39, dez, 2012.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria dos métodos. Porto: Porto Editora, 1994. In: LIMA, Paulo Gomes. Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional. Campinas, SP: (s.n), 2001.
- BRUZAMARELLO, Diogo; PATIAS, Naiana Dapieve; CENCI, Cláudia Mara Bosetto. Ascensão profissional feminina, gestação tardia e conjugalidade. *Psicol. estud.*, v. 24, 2019.
- FIORIN, Pascale Chechi; OLIVEIRA, Clarissa Tochetto de; DIAS, Ana Cristina Garcia. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. *Rev. bras. orientac. Prof.*; São Paulo, vol.15 n.1, jun, 2014.
- GARCIA, Carla Fernandes; VIECILI, H Juliane. Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, n. 2, p. 271-280, maio-ago, 2018.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál.* Florianópolis, v. 10, 2007.
- UENO, Joji. A difícil escolha entre ter uma carreira profissional e ser mãe. O mercado de trabalho adia cada vez mais o sonho da gravidez. 2010. Minha Vida. Disponível em: <<https://www.minhavidade.com.br/familia/materias/2034-a-dificil-escolha-entre-ter-uma-carreira-profissional-e-ser-mae>>. Acesso em 10 mar 2020.